

DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS

1º Trimestre/2022

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	3
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DRE	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA	8
NOTA 1 CONTEXTO OPERACIONAL	9
NOTA 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
NOTA 3 RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS.....	10
NOTA 4 RECEITAS E DESPESAS - EXCETO TRIBUTOS	10
NOTA 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	14
NOTA 6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO.....	15
NOTA 7 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	15
NOTA 8 CONTAS NACIONAIS	16
NOTA 9 CONTAS INTERNACIONAIS	18
NOTA 10 ESTOQUES	19
NOTA 11 FORNECEDORES	19
NOTA 12 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	19
NOTA 13 TRIBUTOS	23
NOTA 14 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES	26
NOTA 15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	29
NOTA 16 RECEITAS A APROPRIAR	29
NOTA 17 ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS	30
NOTA 18 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS.....	30
NOTA 19 INVESTIMENTOS	31
NOTA 20 IMOBILIZADO	31
NOTA 21 INTANGÍVEL.....	32
NOTA 22 DIVIDENDOS A PAGAR	32
NOTA 23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	32
NOTA 24 PARTES RELACIONADAS.....	34
NOTA 25 OUTRAS INFORMAÇÕES.....	35
NOTA 26 EVENTOS SUBSEQUENTES	36



BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03				
ATIVO	Nota	31/03/2022	31/12/2021	
CIRCULANTE		3.723.467	3.922.883	
Caixa e equivalentes de caixa	<u>5</u>	1.215.145	914.256	
Títulos e valores mobiliários	<u>7</u>	86.843	20.104	
Contas a receber		2.033.872	2.687.840	
Contas a receber nacionais	8.1	1.757.215	2.066.868	
Contas a receber internacionais	9.1	276.657	620.972	
Estoques	<u>10</u>	53.383	53.466	
Outros valores e bens		334.224	247.217	
Convênio Postal Saúde	12.1.5.1	370	537	
Adiantamento de Pessoal	12.1.4	87.451	57.125	
Impostos e encargos sociais a compensar	13.4	184.111	152.589	
Cobrança jurídica/inadimplência	8.2	6.984	6.915	
Outros débitos	18.1	55.308	30.051	
NÃO CIRCULANTE		14.090.913	13.790.969	
Realizável a longo prazo		5.876.868	5.574.295	
Contas a receber internacionais	9.1	467.223	478.424	
Aplicações financeiras	<u>6</u>	3.018.640	2.731.819	
Tributos diferidos	13.3.1	932.488	935.059	
Depósitos judiciais, recursais e administrativos	14.4	116.388	104.853	
Tributos a compensar	13.1	1.335.388	1.317.798	
Outros	18.1	6.741	6.342	
Investimentos		1.413.458	1.414.768	
Propriedades para investimentos	19.1	1.412.402	1.413.709	
Museu	19.2	1.056	1.059	
Imobilizado	<u>20</u>	6.774.621	6.775.299	
Imóveis		3.659.592	3.659.930	
Móveis		1.574.170	1.564.629	
Imóveis - arrendamento		1.538.447	1.548.425	
Móveis - arrendamento		2.412	2.315	
Intangível	<u>21</u>	25.966	26.607	
TOTAL DO ATIVO		17.814.380	17.713.852	

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/03/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		4.752.932	4.958.545
Fornecedores	<u>11</u>	873.839	1.131.044
Salários e consignações	12.1.1	1.098.453	1.066.450
Encargos sociais	12.1.2	213.721	371.629
Participação nos Lucros e Resultados – PLR e RVA	12.1.3	76.587	62.676
Impostos e contribuições	13.5	180.501	271.705
Arrecadações e recebimentos	<u>17</u>	52.894	45.608
Receitas a apropriar	<u>16</u>	168.305	281.105
Contas a pagar internacionais	9.2	8.779	6.511
Precatórios e RPs	14.3	219.721	218.405
Empréstimos e financiamentos	<u>15</u>	505.733	154.355
Benefício pós-emprego	12.3	256.147	265.271
Convênio Postal Saúde	12.1.5.2	145.087	133.050
Obrigações trabalhistas - IFD	12.2.1	298.103	296.606
Arrendamento	20.1.2	329.922	323.440
Instrumentos Financeiros - Derivativos	7.2	75	8.610
Dividendos a pagar	<u>22</u>	250.705	250.705
Outros créditos	18.2	74.360	71.375
NÃO CIRCULANTE		10.593.776	10.505.898
Contas a pagar internacionais	9.2	39.679	49.194
Benefício pós-emprego	12.3	6.986.268	6.901.105
Tributos diferidos	13.3.2	423.516	423.985
Precatórios e RPs	14.3	39.526	18.927
Obrigações trabalhistas - IFD	12.2.1	823.250	883.154
Arrendamento	20.1.2	1.352.999	1.357.283
Provisões para contingências	14.1	928.263	871.962
Outros	18.2	275	288
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.467.672	2.249.409
Capital social	23.1	3.403.458	3.403.458
Reservas de lucro	23.2	971.241	1.192.241
Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP	23.3	3.382.754	3.391.051
Outros Resultados Abrangentes - ORA	23.4	(5.737.488)	(5.737.341)
Lucros acumulados		447.707	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.814.380	17.713.852

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DRE

CNPJ 34.028.316/0001-03	Nota	31/03/2022	31/03/2021
Receita líquida de vendas e serviços	4.1	4.966.954	4.841.712
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	4.2	(4.026.740)	(3.859.829)
Lucro bruto		940.214	981.883
Despesas com vendas/serviços	4.3	(24.043)	(23.288)
Despesas gerais e administrativas	4.4	(757.045)	(818.778)
Outras receitas operacionais	4.5	119.096	113.125
Outras despesas operacionais	4.6	(3.824)	(1.830)
Lucro líquido antes do resultado financeiro		274.398	251.112
Receitas financeiras	4.7	265.077	153.272
Despesas financeiras	4.8	(307.295)	(82.853)
Resultado financeiro		(42.218)	70.419
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		232.180	321.531
Tributos sobre o lucro		(15.409)	(34.615)
Tributos correntes		(12.515)	(22.943)
Tributos diferidos		(2.894)	(11.672)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		216.771	286.916

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA

CNPJ 34.028.316/0001-03	31/03/2022	31/03/2021
Resultado líquido do exercício	216.771	286.916
Itens que não serão reclassificados para o resultado	(949)	(844)
Remensuração de obrigações de benefício pós-emprego	(429)	(844)
CSLL diferida	-	-
Ganho/realização de ganho a valor justo – propriedades para investimento	(571)	-
CSLL diferida	51	-
Itens que serão reclassificados para o resultado	802	(1.156)
Investimentos patrimoniais VJORA – variação valor justo	881	(1.270)
CSLL diferida	(79)	114
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	216.624	284.916

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL

CNPJ 34.028.316/0001-03	CAPITAL	ADIANT. P/ FUT. AUMENTO DE CAPITAL - AFAC	RESERVA DE LUCROS				RESULTADOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - ORA	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - AAP	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA ESTATUTÁRIA				
Saldo em 31/12/2020	3.382.514	20.944	-	-	-	-	(859.182)	(4.935.749)	3.341.213	949.740
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	286.916	-	-	286.916
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	844	-	844
Ganhos/(perdas) em invest. - VJORA	-	-	-	-	-	-	-	(1.270)	-	(1.270)
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	-	114	-	114
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	401	401
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	-	-	(36)	(36)
Saldo em 31/03/2021	3.382.514	20.944	-	-	-	-	(572.266)	(4.937.749)	3.341.578	1.235.021
Saldo em 31/12/2021	3.403.458	-	72.147	564.085	367.980	188.029	-	(5.737.341)	3.391.051	2.249.409
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	216.771	-	-	216.771
Utilização de reservas	-	-	-	-	(221.000)	-	221.000	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(429)	-	(429)
Ganhos/(perdas) em invest. - VJORA	-	-	-	-	-	-	-	881	-	881
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	-	(79)	-	(79)
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	9.936	-	(9.936)	-
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	819	819
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	-	-	820	820
Ganho/realização de ganho valor justo – Prop. Investimento	-	-	-	-	-	-	-	(571)	-	(571)
Perda valor justo - Prop. Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	-	51	-	51
Saldo em 31/03/2022	3.403.458	-	72.147	564.085	146.980	188.029	447.707	(5.737.488)	3.382.754	2.467.672

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

CNPJ 34.028.316/0001-03	31/03/2022	31/03/2021 Reclassificado
Atividades operacionais		
Lucro do período	216.771	286.916
Itens que não afetam o caixa	93.584	183.293
Depreciação e amortização	125.440	124.284
Provisões	73.984	95.345
Despesas de variação patrimonial e perdas	14.644	3.831
Receita de variação patrimonial	(29.213)	(36.732)
Atualização de créditos tributários – Imunidade tributária e Banco Postal	(16.934)	(3.628)
Resultado da alienação de bens	178	193
Ganhos/Perdas - Valor Justo - Propriedades para investimento	(122)	-
Ganhos/Perdas - Valor Justo - Hedge	(74.393)	-
Mutações patrimoniais	105.732	(122.640)
Contas a receber (circulante e não circulante)	665.169	(273.555)
Estoques	83	(2.177)
Outros valores e bens	(57.792)	(87.828)
Arrendamento (ativos e passivos)	40.925	42.077
Realizável a longo prazo (exceto contas a receber e aplicações)	(10.018)	1.733
Fornecedores	(257.205)	(137.882)
Salários e consignações	32.003	(25.832)
Encargos sociais	(157.908)	(54.569)
Impostos e contribuições	(91.204)	(28.546)
Incentivo Financeiro Diferido – IFD/PDI (nota 12.2)	(58.407)	445.651
Precatórios (circulante e não circulante)	21.915	39.797
Convênio Postal Saúde (passivo)	12.037	(22.310)
Outras obrigações	(33.866)	(19.199)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	416.087	347.569
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras (ativo não circulante)	(287.701)	(336.156)
Adições - imobilizado	(82.072)	(24.131)
Adições - intangível	(2.402)	(4.757)
Adições - propriedades para investimento	(122)	-
Baixas - imobilizado	10.457	15.484
Baixas - propriedades para investimento	1.499	118
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(360.341)	(349.442)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	500.000	250.000
Empréstimos e financiamentos - Principal	(156.250)	(130.208)
Empréstimos e financiamentos - Juros	(10.922)	(6.760)
Arrendamento - Principal	(57.657)	(57.106)
Arrendamento - Juros	(30.028)	(28.124)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	245.143	27.802
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	300.889	25.929
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	914.256	572.954
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.215.145	598.883

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

CNPJ 34.028.316/0001-03	31/03/2022	31/03/2021
Geração do valor adicionado		
1. Receitas	5.249.698	5.120.042
Receitas operacionais	5.141.836	5.017.636
(Perda)/reversão de crédito de liquidação duvidosa	(11.234)	(10.719)
Outras receitas operacionais	119.096	113.125
2. Insumos adquiridos de terceiros	(1.745.796)	(1.536.074)
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(1.591.676)	(1.372.945)
Serviços adquiridos de terceiros	(2.049)	(3.113)
Provisões diversas	(152.071)	(160.016)
3. Valor adicionado bruto (1+2)	3.503.903	3.583.968
4. Retenções	(125.440)	(124.284)
Depreciação/amortização	(125.440)	(124.284)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3+4)	3.378.463	3.459.684
6. Valor adicionado recebido em transferência	265.077	153.272
Receitas financeiras	265.077	153.272
Valor adicionado a distribuir	3.643.541	3.612.956
Distribuição do valor adicionado		
7. Pessoal e encargos	2.441.108	2.626.197
Salários, honorários e benefícios	2.288.202	2.491.455
Encargos sociais	152.906	134.742
8. Impostos, taxas e contribuições	579.347	536.823
INSS	376.343	328.344
Impostos e contribuições (exceto CSLL)	190.489	185.536
Contribuição social (tributo corrente)	12.515	22.943
9. Remuneração do capital de terceiros	406.315	163.020
Aluguéis, juros, variação cambial	317.705	86.562
Outras remunerações a terceiros	88.610	76.458
10. Remuneração de capital próprio	216.771	286.916
Lucro/reserva retidos	216.771	286.916
Total do valor distribuído	3.643.541	3.612.956

NOTA 1 CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Histórico da Empresa

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é uma entidade pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério das Comunicações (MCOM) com sede e foro em Brasília-DF e atuação em todo o território nacional e no exterior. A Empresa é administrada conforme os preceitos do Estatuto Social aprovado em Assembleia e pelas legislações aplicáveis, especialmente, pelo Decreto-Lei de criação nº 509/1969, pelas Leis nº 12.490/2011, 13.303/2016 e 6.404/1976 e pelo Decreto nº 8.945/2016.

Os Correios têm por objeto planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério supervisor.

Conforme previsto em Lei, os Correios estão autorizados a constituir subsidiárias e adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, com vistas à execução das atividades compreendidas no objeto social, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento.

No campo social, os Correios atuam como agente da integração nacional ao garantirem à população a oferta permanente dos serviços postais básicos de qualidade, em todo território nacional, a preços acessíveis, além de promoverem o acesso à cidadania, sendo um verdadeiro balcão de serviços ao cidadão e braço logístico do Estado, cujas ações garantem a execução de políticas públicas diversas.

Desde a criação do Correio-mor em 1663 ainda no período colonial, os Correios estão presentes na vida dos brasileiros. A sua capilaridade e o perfil dos colaboradores nativos de cada região, permite entender e atender as necessidades das pessoas, desde os grandes centros urbanos até as que vivem nas localidades mais longínquas do território nacional. Adequando-se às demandas de consumo da sociedade e às novas formas de se fazer comércio, oferecem serviços socialmente responsáveis para o desenvolvimento de todas as regiões do país, indistintamente.

NOTA 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias compreendem as informações trimestrais elaboradas de acordo com a Resolução CFC nº 1.174/2009 (CPC 21 – R1) e apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a legislação societária (Lei nº 6.404/1976, alterada pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009) e as normas e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como às demais normas aplicáveis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. No entanto, por força do Estatuto Social aprovado em Assembleia, a DVA foi elaborada em conformidade às disposições do CPC 09 aprovado pela Deliberação CVM nº 557/2008 e apresentada em conjunto com demonstrações contábeis exigidas por lei.

Nesses termos, a Diretoria Executiva, em **23 de maio de 2022**, autoriza a emissão e o encaminhamento das demonstrações contábeis ao Conselho de Administração para manifestação. Após a emissão, somente o sócio têm o poder de alterá-las, contudo, os conselheiros ou o Comitê de Auditoria podem propor alterações nos textos das notas explicativas a fim de garantir maior transparência e integridade das informações.

2.2. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração dos Correios não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3. Principais políticas e práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essas políticas vêm sendo aplicadas, de modo consistente, em todos os exercícios apresentados.

As Demonstrações Contábeis intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Contábeis anuais, portanto, dever ser lidas em conjunto com as demonstrações de 2021.

NOTA 3 RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS

Os Correios, visando garantir maior aderência as informações divulgadas na demonstração do fluxo de caixa, efetuou a reclassificação das informações anteriormente consolidadas em grupos diversos aos atuais, conforme detalhado abaixo.

3.1. Impactos das reclassificações na Demonstração do Fluxo de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC	Nota	31/03/2021 (Publicado)	RECLASSIFICAÇÃO	31/03/2021 (Reclassificado)
Contas a receber	3.1.1	(263.447)	(10.108)	(273.555)
Fornecedores	3.1.2	(118.269)	(19.613)	(137.882)
Encargos sociais	3.1.2	(74.181)	19.613	(54.568)
Outras	3.1.1	(29.306)	10.108	(19.198)
TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		(122.638)		(122.638)

3.1.1. Contas a receber

Face a existência de créditos a conceder a clientes em valores superiores aos débitos gerados no período, efetuou-se a reclassificação dos créditos a serem compensados nos próximos meses da conta de serviço a faturar para receitas a apropriar.

3.1.2. Fornecedores e encargos sociais

Para uma melhor representação do efeito das transações efetuou-se reclassificação dos valores pendentes de pagamento ao Postalís da rubrica de fornecedores para a de encargos sociais.

NOTA 4 RECEITAS E DESPESAS - EXCETO TRIBUTOS

4.1. Receita líquida de vendas e serviços

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	31/03/2022	31/03/2021
Receita bruta de vendas e serviços	5.147.400	5.021.904
(-) Deduções	(180.446)	(180.192)
(-) Impostos	(174.883)	(175.924)
(-) Descontos incondicionais	(3.636)	(4.009)
(-) Receitas canceladas	(1.927)	(259)
TOTAL	4.966.954	4.841.712

O quadro a seguir detalha a receita bruta, com destaque para as receitas internacionais e de encomendas, que apresentaram crescimento de 33,0% (R\$ 168.562) e 4,7% (R\$ 128.347).

RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	31/03/2022	PARTICIPAÇÃO (%)	31/03/2021	PARTICIPAÇÃO (%)
Encomenda	2.859.076	55,5%	2.730.729	54,4%
Mensagem	1.301.925	25,3%	1.435.723	28,6%
Internacional	678.987	13,2%	510.425	10,2%
Logística	86.067	1,7%	117.163	2,3%

RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	31/03/2022	PARTICIPAÇÃO (%)	31/03/2021	PARTICIPAÇÃO (%)
Marketing	86.673	1,7%	94.537	1,9%
Malote	62.084	1,2%	67.162	1,4%
Conveniência	48.615	0,9%	49.163	1,0%
Outros	23.973	0,5%	17.002	0,2%
TOTAL	5.147.400	100,0%	5.021.904	100,0%

4.2. Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		31/03/2022	31/03/2021
Pessoal		(2.318.000)	(2.378.476)
Salários, encargos e benefícios	4.2.1	(1.910.990)	(1.718.032)
Saúde	4.2.2	(406.703)	(233.992)
Incentivo Financeiro – PDV e PDI	4.2.3	(307)	(426.452)
Remuneração de AGF		(514.267)	(496.729)
Transporte de malas e malotes		(539.610)	(439.012)
Serviços de pessoas físicas/jurídicas		(307.157)	(249.379)
Depreciação e amortização		(116.759)	(108.658)
Bens de direito de uso – CPC 06(R2)		(57.657)	(57.107)
Demais bens		(59.102)	(51.551)
Utilidades		(84.975)	(80.573)
Material e produtos		(86.115)	(52.246)
Aluguéis		(34.737)	(29.109)
Internacionais		(13.820)	(16.315)
Impostos, taxas e contribuições		(11.300)	(9.332)
TOTAL		(4.026.740)	(3.859.829)

4.2.1. Salários, encargos e benefícios

O acréscimo na rubrica deve-se, principalmente, ao reajuste de 9,75% sobre a remuneração dos empregados a partir de agosto de 2021.

4.2.2. Saúde

A elevação dessa despesa no trimestre deve-se, principalmente, às ações adotadas junto a Postal Saúde, para alteração da condição jurídica dos Correios de mantenedor/patrocinador para somente patrocinador do plano de saúde. Assim, para dar andamento às formalidades da propensa alteração na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), após aprovação do novo Estatuto Social da Postal Saúde, efetuou-se o repasse inicial de R\$ 221.000 à Operadora para cobertura das garantias financeiras exigidas nessa nova modelagem.

4.2.3. Incentivo Financeiro - PDV e PDI

A variação nesta rubrica, deve-se ao reconhecimento, em fevereiro de 2021, da despesa referente ao incentivo financeiro a ser pago nos próximos 5 anos aos empregados que aderiram ao primeiro ciclo do Plano de Desligamento Incentivado - PDI ofertado pela Empresa, conforme disposto na nota 12.2. Ressalta-se que, no 1º trimestre/2022, houve o desligamento remanescente de empregados referente ao PDI de 2021, em virtude de decisões judiciais, ensejando o reconhecimento adicional de despesa neste exercício.

4.3. Despesas com vendas/serviços

DESPESAS COM VENDAS/SERVIÇOS		31/03/2022	31/03/2021
Remuneração de unidades terceirizadas		(11.421)	(12.395)
Provisão de perdas		(10.567)	(10.780)
Perdas	4.3.1	(1.383)	(41)
Multas contratuais de clientes e outros		(672)	(72)
TOTAL		(24.043)	(23.288)

4.3.1. Perdas

O aumento na despesa em relação ao período anterior refere-se, principalmente, ao desreconhecimento do direito a receber da rede terceirizada face a baixa expectativa de retorno de benefícios econômicos futuros para a empresa.

4.4. Despesas gerais e administrativas

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		31/03/2022	31/03/2021
Pessoal		(499.955)	(576.168)
Salários, encargos e benefícios		(499.955)	(472.171)
Incentivo Financeiro Diferido – IFD	4.4.1	-	(103.997)
Precatórios e RPVs		(84.363)	(74.313)
Contingências		(56.302)	(66.455)
Acordo judicial		(4)	(12)
Pós-emprego		(76.038)	(55.758)
Constituição de provisão para perdas	4.4.2	(3.593)	(26.070)
Participação nos Lucros e Resultados – PLR e RVA	4.4.3	(13.911)	-
Variações patrimoniais e perdas	4.4.4	(13.262)	(3.790)
Depreciação/amortização		(8.681)	(15.626)
Serviços prestados por pessoas físicas/jurídicas e outros		(865)	(428)
Impostos, taxas e contribuições		(71)	(158)
TOTAL		(757.045)	(818.778)

4.4.1. Incentivo Financeiro – PDI e PDV

A variação nesta rubrica, deve-se ao reconhecimento, em fevereiro de 2021, da despesa referente ao incentivo financeiro a ser pago nos próximos 5 anos aos empregados que aderiram ao primeiro ciclo do Plano de Desligamento Incentivado - PDI ofertado pela Empresa, conforme disposto na nota 12.2.

4.4.2. Constituição de provisões para perdas

A redução na despesa em relação ao 1º trimestre de 2021 deve-se à queda no valor correspondente à perda esperada sobre as cobranças jurídicas de terceiros e de débitos de ex-empregados.

4.4.3. Participação nos Lucros e Resultados – PLR e RVA

Em 2022, houve o reconhecimento da provisão de PLR e Remuneração Variável Anual de Dirigentes-RVA em razão da completa absorção de prejuízos acumulados no exercício anterior.

4.4.4. Variações patrimoniais e perdas

O acréscimo nesta rubrica deve-se, principalmente, ao desreconhecimento de créditos tributários face a baixa expectativa de retorno de benefícios econômicos futuros para a empresa.

4.5. Outras receitas operacionais

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		31/03/2022	31/03/2021
Ganho a valor justo - Propriedades para investimento	4.5.1	122	-
Reversão - provisão de benefício pós-emprego	4.5.2	429	75.390
Despesas recuperadas		10.698	19.464
Multas aplicadas a fornecedores		15.835	17.117
Multas aplicadas a clientes		4.649	5.831
Taxa mensal de franquia – AGF		5.180	5.010
Reversão - Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD	4.5.3	74.980	-
Lucro na alienação de bens móveis e imóveis		1.475	1.003
Taxa inicial de franquia - AGF		23	842
Recuperação de perda - REFIS		22	213
(-) Receitas canceladas		(6.076)	(19.471)
Outros		11.759	7.726
TOTAL		119.096	113.125

4.5.1. Ganho a valor justo - propriedades para investimento

Refere-se aos ganhos estimados com base no valor justo nos laudos de avaliação de imóveis classificados como propriedades para investimento.

4.5.2. Reversão - provisão de benefício pós-emprego

A variação nesta rubrica, deve-se, principalmente, a realização parcial da provisão de benefício pós-emprego saúde, referente a manutenção do benefício aos aposentados até julho de 2021, passando estes, a partir de agosto de 2021, a assumirem o pagamento integral dos custos com saúde, em conformidade ao disposto no regulamento do plano de saúde em referência ao que disciplina a Lei 9656/1998.

Em 2022, sem os efeitos do pós-emprego saúde, a rubrica foi afetada somente pela reclassificação efetuada para outros resultados abrangentes - ORA de 3/12 avos da receita projetada no cálculo atuarial do Postalprev, devido ao *superavit* apurado para o plano não atingir o teto disposto na legislação para o reconhecimento de um ativo atuarial, com redução ou paralisação dos pagamentos mensais efetuados ao Postalis, em conformidade ao plano de custeio vigente. Assim, os pagamentos efetuados no período, são reclassificados para o ORA, por não se tratar de despesa do exercício.

4.5.3. Reversão - Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD

Corresponde à reversão das perdas esperadas de créditos das administrações postais, ocorrida, em virtude da revisão dos percentuais de perda esperada para o exercício e à redução do saldo das contas a receber internacionais no período.

4.6. Outras despesas operacionais

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	31/03/2022	31/03/2021
Prejuízos na alienação de bens	(3.824)	(1.830)
TOTAL	(3.824)	(1.830)

4.7. Receitas financeiras

RECEITAS FINANCEIRAS		31/03/2022	31/03/2021
Variação cambial	4.7.1	10.703	135.658
Rentabilidade de aplicações financeiras	4.7.2	151.362	2.354
Ganho - valor justo - <i>hedge</i>	4.7.3	74.393	-
Receita de juros	4.7.4	18.971	3.643
Variação monetária		3.396	7.244
Pagamento a valor presente		5.864	3.075
Receitas de descontos		326	1.259
Outras		62	39
TOTAL		265.077	153.272

4.7.1. Receita de variação cambial

Esta rubrica reflete, principalmente, os efeitos da oscilação na cotação do Direito Especial de Saque (DES) – que é uma cesta de moedas utilizada nas relações entre os membros da União Postal Universal (UPU). Neste sentido, verifica-se que o decréscimo da receita no período deve-se a redução das obrigações a pagar apurada no 1º trimestre/2022 face a queda de 17,8% na cotação do DES, em patamar inferior, ao aumento nos direitos a receber no 1º trimestre/2021 em decorrência ao aumento na cotação da moeda no período.

4.7.2. Rentabilidade de aplicações financeiras

O acréscimo na rentabilidade observada no período deve-se ao aumento no valor das aplicações financeiras no 1º trimestre de 2022. Ademais, durante o ano de 2021, houve novos aportes em títulos públicos com maiores taxas de juros que, conseqüentemente, geraram maiores retornos no 1º trimestre de 2022.

4.7.3. Ganho - valor justo – *hedge*

Corresponde à oscilação a valor justo das transações contratadas para proteger os direitos a receber das contas internacionais das variações cambiais.

4.7.4. Receita de juros

O acréscimo dessa deve-se, principalmente, à atualização dos créditos dos tributos a compensar, face o aumento da taxa SELIC no período.

4.8. Despesas financeiras

DESPESAS FINANCEIRAS		31/03/2022	31/03/2021
Variação cambial	4.8.1	(201.046)	(9.174)
Juros		(41.366)	(42.261)
Juros a transcorrer – bens de direito de uso – CPC 06 (R2)		(40.925)	(42.077)
Demais		(441)	(184)
Apropriação/atualização - PDI	4.8.2	(30.406)	(20.142)
Perdas nas aplicações financeiras		-	(1.391)
Encargos – financiamento da dívida interna (juros e IOF)	4.8.3	(22.784)	(3.873)
Taxa administrativa – cartão de crédito		(1.951)	(2.210)
Multas		(7.544)	(2.302)
Despesas bancárias		(1.339)	(999)
Notificação de infração		(258)	(134)
Outros		(601)	(367)
TOTAL		(307.295)	(82.853)

4.8.1. Despesas de variação cambial

O aumento na rubrica em relação ao período anterior, foi ocasionado pela queda de 17,8% na cotação da moeda, cujo reflexo nas contas a receber internacionais em 2022 foram superiores ao decréscimo apurado nas obrigações a pagar no mesmo período do ano anterior, em função do aumento da cotação da época.

4.8.2. Apropriação/atualização - PDI

O acréscimo na rubrica deve-se, principalmente, à atualização do IFD/PDI pelo IPCA, conforme previsão contida no regulamento do plano.

4.8.3. Encargos – financiamento da dívida interna (juros e IOF)

O aumento deve-se ao empréstimo contratado em 20 de janeiro de 2022 com o Citibank, conforme nota 15.

NOTA 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelo caixa, depósitos bancários e por investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, que por possuírem dados observáveis em mercado ativo são mensuradas no nível 1 da hierarquia do valor justo, cujas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		31/03/2022	31/12/2021
Caixa	5.1	4.341	3.720
Banco	5.1	10.920	7.116
Aplicações	5.2	1.199.884	903.420
TOTAL		1.215.145	914.256

5.1. Caixa e bancos

Refletem o numerário em espécie e os depósitos bancários para fazer frente às necessidades imediatas da operação.

5.2. Aplicações

Vencimento	31/03/2022					Total
	NTN-B/LFT	Cotas Fundo	Caixa/Operação compromissada	Provisão de IR	Ajustes fundo	
ATIVO CIRCULANTE	804.744	244.632	177.395	(26.793)	(94)	1.199.884

Vencimento	31/12/2021					Total
	NTN-B/LFT	Cotas Fundo	Caixa/Operação compromissada	Provisão de IR	Ajustes fundo	
ATIVO CIRCULANTE	657.307	77.414	173.528	(4.748)	(81)	903.420

NOTA 6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

A seguir é apresentado o quadro de composição das aplicações financeiras realizáveis a longo prazo segregadas por exercício de vencimento dos títulos:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	NTN-B/LFT	
	31/03/2022	31/12/2021
2023	909.737	839.815
2024	1.005.721	940.110
2025	433.428	347.408
2026	648.750	604.486
2027	21.004	-
TOTAL	3.018.640	2.731.819

O acréscimo no saldo das aplicações financeiras deve-se, principalmente, aos recebimentos de contas internacionais e ao empréstimo de R\$ 500.000 contratado com o Citibank e a rentabilidade apurada no período.

NOTA 7 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

APLICAÇÕES		31/03/2022	31/12/2021
Aplicações - VJORA	7.1	9.821	8.941
Ações		8.410	7.541
FINAM/FINOR		1.411	1.400
Derivativos - <i>hedge</i>	7.2	77.022	11.163
TOTAL		86.843	20.104

7.1. Aplicações VJORA

Trata-se de ações de companhias telefônicas e de aplicações nos Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) e no Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR). O acréscimo no saldo das ações no 1º trimestre de 2022 deve-se à valorização das cotas das empresas telefônicas ocorridas no período.

7.2. *Hedge*

Trata-se de derivativos contratados pelos Correios com vista a proteger o resultado do exercício das variações cambiais provenientes das contas a receber internacionais que são precificadas com base no Direito Especial de Saque - DES, (constituída de uma cesta de moedas composta pelo Dólar dos EUA, Euro, Yuan, Iene e Libra Esterlina) instrumento monetário criado pelo Fundo Monetário Internacional - FMI e utilizado pela União Postal Universal - UPU como moeda para as negociações entre as Administrações Postais.

A operação foi constituída na modalidade *Zero Cost Collar*, que consiste na compra de uma opção de venda (*Put*) e venda de opção de compra (*Call* – para financiamento da compra da *Put*) cuja combinação gera uma proteção sem custo inicial de montagem.

Destaca-se que somente haverá entrada ou saída de caixa no vencimento do operação, se o DES estiver abaixo do *strike* da *put*, e acima do *strike* da *call* ou na ocorrência de desmonte parcial da operação antes do vencimento para manter a proporção entre o instrumento de proteção e o objeto protegido.

CONTRAPARTE	VIGÊNCIA	OPÇÃO	LIMITES INF. E SUP. DA COTAÇÃO DES/R\$	VALOR NOCIONAL DES	VALOR NOCIONAL R\$
Banco Citibank S.A.	17/12/2021	Compra de opção de venda (<i>put</i>)	7,30458	30.000	219.137
	A				
	02/08/2022	Venda de opção de compra (<i>call</i>)	9,88548		296.564
Itaú Unibanco S.A.	17/12/2021	Compra de opção de venda (<i>put</i>)	7,30458	110.000	803.504
	A				
	02/08/2022	Venda de opção de compra (<i>call</i>)	9,99699		1.099.669

DESCRIÇÃO	SALDO – 31/12/2021	VALOR JUSTO	SALDO – 31/03/2022
Derivativos – <i>hedge</i> (ativo)	11.163	65.859	77.022
Instrumentos financeiros – derivativos (passivo)	(8.610)	8.535	(75)
TOTAL	2.553	74.394	76.947

NOTA 8 CONTAS NACIONAIS

Trata-se dos direitos a receber provenientes da prestações de serviços contratados e realizados dentro do território nacional.

8.1. Contas a receber nacionais

CONTAS A RECEBER NACIONAIS		31/03/2022	31/12/2021
Serviços faturados	8.1.1	1.433.368	1.684.032
Serviços a faturar	8.1.2	235.908	305.955
Agências terceirizadas		65.073	55.675
Cartões de crédito		22.831	21.171
Outros valores a receber de clientes		35	35
TOTAL		1.757.215	2.066.868

8.1.1. Serviços faturados

SERVIÇOS FATURADOS – POR FAIXA DE VENCIMENTO		31/03/2022	31/12/2021
A – A vencer		1.397.038	1.643.104
B – Vencidos de 1 a 30 dias		24.912	33.790
C – Vencidos de 31 a 60 dias		9.973	7.858
D – Vencidos de 61 a 90 dias		6.687	5.334
E – Vencidos de 91 a 180 dias		8.742	5.266
F – Vencidos há mais de 180 dias		12.031	9.959
Total a receber		1.459.383	1.705.311
(-) PECLD total		(26.015)	(21.279)
TOTAL		1.433.368	1.684.032

FAIXA DE VENCIMENTO	EFEITOS NO RESULTADO – 31/03/2022		PERDA ESPERADA
	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	
A – A vencer	1.397.038	0,20%	(2.794)
B – Vencidos de 1 a 30 dias	24.912	4,70%	(1.171)
C – Vencidos de 31 a 60 dias	9.973	6,10%	(608)
D – Vencidos de 61 a 90 dias	6.687	10,00%	(669)
E – Vencidos de 91 a 180 dias	8.742	100,00%	(8.742)
F – Vencidos há mais de 180 dias	12.031	100,00%	(12.031)
TOTAL	1.459.383		(26.015)

FAIXA DE VENCIMENTO	EFEITOS NO RESULTADO - 2021		PERDA ESPERADA
	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	
A – A vencer	1.643.104	0,21%	(3.450)
B – Vencidos de 1 a 30 dias	33.790	4,72%	(1.595)
C – Vencidos de 31 a 60 dias	7.858	6,07%	(477)
D – Vencidos de 61 a 90 dias	5.334	9,98%	(532)
E – Vencidos de 91 a 180 dias	5.266	100,00%	(5.266)
F – Vencidos há mais de 180 dias	9.959	100,00%	(9.959)
TOTAL	1.705.311		(21.279)

CONCILIAÇÃO DA PECLD DOS SERVIÇOS FATURADOS		31/03/2022	31/12/2021
A – Perda total no início do período		(21.279)	(19.907)
B – Perda dedutível em 1º de janeiro		-	-
C – Perda não dedutível em 1º de janeiro	A-B	(21.279)	(19.907)
D – Adições		(4.736)	(1.372)
E – Baixas		-	-
F – Perda não dedutível no final do período	C+D+E	(26.015)	(21.279)
G – Perda dedutível no final do período		-	-
TOTAL	F+G	(26.015)	(21.279)

8.2. Cobrança jurídica/inadimplência

Representam os direitos líquidos das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD), cuja cobrança está no âmbito judicial.

COBRANÇA JURÍDICA/INADIMPLÊNCIA		31/03/2022	31/12/2021
Faturas em cobrança jurídica	8.2.1	4.273	4.224
Acordos jurídicos - REFIS		1.274	1.280
Inadimplentes – AGF/ACC/ACF		1.349	1.323
Débitos de empregados em cobrança jurídica		88	88
TOTAL		6.984	6.915

8.2.1. Faturas em cobrança jurídica

Refere-se a débitos de inadimplentes, cuja cobrança é realizada pela área jurídica dos Correios.

FATURAS EM COBRANÇA JURÍDICA		31/03/2022	31/12/2021
Faturas em cobrança jurídica		205.261	200.191
(-) PECLD		(200.988)	(195.967)
TOTAL		4.273	4.224

O percentual das perdas não dedutíveis das faturas em cobrança jurídica é estabelecido com base na execução dos acordos judiciais e extrajudiciais, sob responsabilidade da área jurídica, no qual apura-se o saldo em aberto dos acordos em efetiva execução, bem como o valor dos acordos firmados e pagos nos últimos 12 meses, confrontando-os com os reconhecidos no ativo. Para aqueles provenientes de recuperação judicial ou que permanecem registrados por força da Lei 9.430/96 é atribuído 100% de perda.

COMPOSIÇÃO DA - PECLD DE FATURAS EM COBRANÇA JURÍDICA	PERCENTUAL	31/03/2022	PERCENTUAL	31/12/2021
Perdas não dedutível	97,9%	(174.639)	97,9%	(167.959)
Perdas não dedutíveis - recuperação judicial	100,0%	(17.725)	100,0%	(17.725)
Perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	100,0%	(8.624)	100,0%	(10.283)
TOTAL		(200.988)		(195.967)

A seguir é demonstrada a conciliação das PECLD de faturas em cobrança jurídica:

CONCILIAÇÃO DA PECLD DAS FATURAS EM COBRANÇA JURÍDICA		31/03/2022	31/12/2021
A – Perda total no início do período		(195.967)	(171.608)
B – Perda dedutível em 1º de janeiro		10.283	16.203
C – Perda não dedutível em 1º de janeiro	A-B	(185.684)	(155.405)
D – Adições		(6.680)	(30.279)
E – Baixas		-	-
F – Perda não dedutível no final do período	C+D+E	(192.364)	(185.684)
G – Perda dedutível no final do período		(8.624)	(10.283)
TOTAL	F+G	(200.988)	(195.967)

Para fins fiscais, o saldo de PECLD constituída, em relação ao disposto na Lei nº 9.430/1996, é adicionado à apuração do Lucro Real e à apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

NOTA 9 CONTAS INTERNACIONAIS

Trata-se das operações realizadas entre os Correios e as demais Administradores Postais situados em outros Países, que diante da prestação de serviço realizada no país de destino do objeto postal, gera o reconhecimento de direito a receber ou obrigações a pagar nos Correios.

9.1. Contas a receber internacional

CONTAS A RECEBER INTERNACIONAIS	31/03/2022	31/12/2021
Clientes internacionais - circulante	276.657	620.972
Administrações postais, UPU Clearing e Serviço Interno a Regularizar	279.347	650.085
(-) PECLD	(2.690)	(29.113)
Clientes internacionais-- não circulante	467.223	478.424
Administrações postais	497.330	557.089
(-) PECLD	(30.107)	(78.665)
TOTAL	743.880	1.099.396

9.1.1. Administrações Postais

A redução do valor a receber das Administrações Postais deve-se aos recebimentos ocorridos no período e à queda na cotação do DES no 1º trimestre de 2022.

9.2. Contas a pagar internacional

CONTAS A PAGAR INTERNACIONAIS	31/03/2022	31/12/2021
Circulante	8.779	6.511
Não circulante	39.679	49.194
TOTAL	48.458	55.705

NOTA 10 ESTOQUES

Os estoques estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir as unidades administrativas. As perdas esperadas com estoque devem-se a materiais classificados como obsoletos ou danificados que aguardam os procedimentos de exclusão.

ESTOQUES	31/03/2022	31/12/2021
Material para consumo	35.953	34.668
Material para revenda/almoxxarifados	17.502	22.290
Material em consignação	562	562
Peças reposição - MECTRI	1.648	674
Perdas com estoque	(2.282)	(4.728)
TOTAL	53.383	53.466

NOTA 11 FORNECEDORES

Tratar-se de obrigações provenientes da contratação de pessoas físicas e jurídicas para a prestação de serviços ou o fornecimento de materiais e produtos de modo a proporcionar a adequada realização da atividade operacional da empresa.

FORNECEDORES	31/03/2022	31/12/2021
Material, produtos e serviços	873.679	1.130.886
Consignações e outros	160	158
TOTAL	873.839	1.131.044

NOTA 12 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

12.1. Benefícios de curto prazo

Referem-se às obrigações a pagar no período de até doze meses, tais como: salários, férias, plano de saúde, PLR e respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre esses benefícios, que são reconhecidas mensalmente no resultado, respeitando-se o regime de competência, conforme a prestação do serviço correspondente.

12.1.1. Salários e consignações

Correspondem às obrigações trabalhistas advindos da prestação de serviço realizada pelos empregados e demais encargos sociais retidos.

SALÁRIOS E CONSIGNAÇÕES	31/03/2022	31/12/2021
Férias	866.289	942.301
13º salário	150.353	-
INSS - empregado	44.809	60.614
Postalís (PostalPrev) - empregado	17.270	42.249
Obrigações trabalhistas	14.570	11.134
Postalís (PBD) - empregado	5.156	10.146
Retenção SEST/SENAT	6	6
TOTAL	1.098.453	1.066.450

Em 2021 o saldo das rubricas de férias, INSS e Postalprev foi impactado pelo reajuste salarial de 9,75% definido no Dissídio Coletivo de Greve implementado em dezembro/2021 com efeitos retroativos a agosto/2021. Ressalta-se que não houve impacto do reajuste no plano PBD, devido ao saldamento ocorrido em março de 2008.

Destaca-se que em dezembro/2021 os valores correspondentes ao INSS e Postalis (Planos BD e PostalPrev) também foram acrescidos em virtude das contribuições incidentes sobre 13º salário.

12.1.2. Encargos sociais

Correspondem às contribuições patronais geradas indiretamente na prestação de serviço realizada pelos empregados e autônomos contratados, bem como pelos benefícios de previdência complementar ofertados pela empresa aos empregados.

ENCARGOS SOCIAIS		31/03/2022	31/12/2021
INSS - empregador	12.1.2.1	119.986	185.159
FGTS	12.1.2.1	38.446	75.452
Postalis (PostalPrev) - empregador	12.1.2.2	16.360	41.311
Salário educação		11.683	17.707
Postalis (BD) - empregador	12.1.2.3	25.153	49.704
Senai adicional		930	1.412
INSS autônomos/avulsos		1.163	884
TOTAL		213.721	371.629

12.1.2.1. FGTS e INSS

A redução nas rubricas deve-se ao reajuste salarial definido no Dissídio Coletivo de Greve - efetivamente implementado em dezembro/2021 com efeito retroativo a agosto/2021 e aos encargos incidentes sobre o 13º salário.

12.1.2.2. PostalPrev - empregador

Em 2021 o saldo da rubrica foi impactado pelo reajuste salarial de 9,75% definido no Dissídio Coletivo de Greve implementado em dezembro/2021 com efeitos retroativos a agosto/2021 e pela contribuição incidente sobre o 13º salário.

12.1.2.3. Postalis BD - empregador

A redução nesta rubrica deve-se ao provisionamento da contribuição incidente sobre o 13º salário realizada em dezembro de 2021, cujo repassa efetuado ao Instituto ocorreu no mês subsequente.

12.1.3. Participação nos Lucros e Resultados – PLR e RVA

Em 2021, face aos resultados alcançados no período, a empresa constituiu uma provisão de participação nos lucros e resultados na ordem de R\$ 62.676 que representa 6% do lucro líquido remanescente após absorção dos prejuízos acumulados de anos anteriores limitada a 25% dos dividendos distribuídos, conforme diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e de acordo com os termos da Resolução emitida pelo Conselho de Coordenação e Controles das Empresas Estatais (CCE) nº 010/1995.

Ressalta-se que em 2021 a rubrica foi constituída a título de provisão face a necessidade de aprovação da proposta pela SEST.

Em 2022, em virtude do resultado apurado no 1º trimestre, foram acrescidos ao passivo os valores provisionados de R\$ 13.584 que corresponde à Participação nos Lucros e Resultados dos empregados e R\$ 327 referente à Remuneração Variável Anual de Dirigentes.

12.1.4. Adiantamentos de pessoal

Trata-se das antecipações de recursos concedidas aos empregados, com ressarcimento futuro por meio desconto na folha de pagamento ou por repasses efetuados pelos órgãos da administração direta em relação aos salários dos empregados cedidos a estes, bem como pela apropriação na competência de despesa realizada pelo empregado em nome da empresa na comprovação dos adiantamentos de numerários concedidos.

ADIANTAMENTO DE PESSOAL		31/03/2022	31/12/2021
Adiantamento de 13º salário		53.020	-
Adiantamento de férias		25.510	48.817

ADIANTAMENTO DE PESSOAL	31/03/2022	31/12/2021
Empregados cedidos	3.135	2.879
Adiantamento salarial	5.224	5.068
Demais adiantamentos	562	361
TOTAL	87.451	57.125

12.1.5. Convênio Postal Saúde

Referem-se aos direitos a receber ou obrigações a pagar geradas nas operações realizadas entre os Correios e a Postal Saúde para a administração dos planos de saúde ofertados aos empregados e a gestão do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, bem como aos lastros efetuados pelos Correios em relação à Provisão de Eventos e Sinistros a Liquidar – PEL.

12.1.5.1. Convênio Postal Saúde - ativo

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE - ATIVO	31/03/2022	31/12/2021
Empregados liberados	-	166
Concessão de uso de espaço	370	371
TOTAL	370	537

12.1.5.2. Convênio Postal Saúde - passivo

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE - PASSIVO	31/03/2022	31/12/2021
Convênio CorreiosSaúde	123.054	109.091
Saúde ocupacional	16.440	18.366
Benefício de medicamentos	5.593	5.593
TOTAL	145.087	133.050

12.1.5.3. Lastro – Provisão de Eventos e Sinistros a Liquidar - Postal Saúde

Desde 2017, como forma de lastrear as operações de saúde, os Correios passaram a vincular parte de suas aplicações financeiras para garantir o cumprimento das obrigações com os prestadores de serviço da Postal Saúde, conforme Termo de Garantia Financeira assinado entre a operadora (Postal Saúde) e a mantenedora (Correios).

Entretanto, considerando o repasse de R\$ 221.000 à operadora em março de 2022, conforme nota 24.2, não houve a necessidade de constituição de lastro na Empresa, uma vez que há suficiência de ativos garantidores na Postal Saúde.

12.2. Obrigações trabalhistas – IFD

Corresponde ao montante devido referente ao Incentivo Financeiro Diferido (IFD), oferecido aos empregados que aderiram aos Planos de Desligamento Incentivado (PDI).

Os referidos planos visaram contribuir com as ações de redução de despesas na área de pessoal e de equilíbrio da força de trabalho, em alinhamento à Estratégia da empresa, com o consequente desligamento voluntário de empregados elegíveis aos programas.

PLANO	CICLOS	OPÇÃO A	OPÇÃO B	TOTAL DE ADESÕES
PDI 2017	1º - Realizado entre fevereiro e dezembro de 2017.	96 parcelas do Incentivo Financeiro Diferido (IFD), limitado a R\$ 10 mil por parcela	N/A	6.158
	2º - Realizado entre dezembro de 2017 com término em 2019.	93 parcelas do IFD, limitado a R\$ 9,8 mil por parcela	N/A	1.848
TOTAL – PDI 2017				8.006
PDI 2021	1º - Realizado em: fevereiro de 2021	Incentivo Financeiro de Adesão (IFA) (no valor de 10.000,00 - pago em parcela única) + 75 parcelas do IFD	IFD mensal + 5% do IFD mensal. Pagamento em 75 parcelas mensais	4.513

PLANO	CICLOS	OPÇÃO A	OPÇÃO B	TOTAL DE ADESÕES
	2º - Realizado em: abril de 2021	IFA (no valor de 7.000,00 - pago em parcela única) + 70 parcelas do IFD	IFD mensal + 3% do IFD mensal. Pagamento em 70 parcelas mensais	1.788
TOTAL – PDI 2021				6.301

As parcelas mensais do IFD serão reajustadas anualmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês subsequente ao de aniversário do desligamento, observado o indicador de atualização nos últimos 12 meses.

12.2.1. Valor presente

O cálculo do valor presente do IFD foi realizado com base nos fluxos mensais de pagamento por meio da taxa de desconto selecionada a partir da avaliação de rendimento de títulos livres de risco, negociados pelo Tesouro Nacional, em conformidade às disposições do CPC 12.

O critério adotado para seleção do título é o prazo inferior mais próximo aos fluxos de desembolsos do IFD. A obrigação referente ao PDI está distribuída conforme quadro a seguir:

PLANO	31/12/2021	ADIÇÃO	ATUALIZAÇÃO	APROPRIAÇÃO AVP	AMORTIZAÇÃO	31/03/2022
PDI 2017	605.377	-	17.528	11.982	(59.076)	575.811
PDI 2021	574.383	266	-	895	(30.002)	545.542
TOTAL	1.179.760	266	17.528	12.877	(89.078)	1.121.353

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	31/03/2022	31/12/2021
Circulante	298.103	296.606
Não circulante	823.250	883.154
TOTAL	1.121.353	1.179.760

12.3. Benefício pós-emprego

Representa o valor das obrigações atuariais provenientes dos planos de previdência complementar ofertados aos empregados.

Ressalta-se que, a obrigação é calculada, anualmente, por atuário independente, em conformidade às disposições do CPC 33 (R1) que se afasta das práticas contábeis adotadas pelos fundos de pensão regulados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Os cálculos atuariais são impactados por premissas que incluem: estimativas demográficas, econômicas e financeiras, e, pelos ativos, mensurados pelo seu valor justo, substancialmente compostos por investimentos que compõem as carteiras dos planos de benefícios.

12.3.1. Obrigação atuarial reconhecida no balanço

OBRIGAÇÃO ATUARIAL LÍQUIDA	PBD	
	31/03/2022	31/12/2021
Passivo circulante	281.300	314.975
Encargos sociais	25.153	49.704
Benefício pós-emprego - <i>Deficit</i>	256.147	265.271
Passivo não circulante	6.986.268	6.901.105
Benefício pós-emprego - <i>Deficit</i>	6.986.268	6.901.105
TOTAL	7.267.568	7.216.080

12.3.1.1. Movimentação do passivo reconhecido no balanço

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO RECONHECIDO NO BALANÇO - PBD	31/03/2022	31/12/2021
Passivo no início do exercício	(7.216.080)	(6.015.964)
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento administrativo	99.991	305.741
Valores reconhecidos no resultado da Empresa	(151.479)	(521.228)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	-	(984.629)
PASSIVO RECONHECIDO NO BALANÇO PATRIMONIAL	(7.267.568)	(7.216.080)

12.3.2. Planos de benefícios

12.3.2.1. Plano PostalPrev CV

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, reunindo características de plano de contribuição definida e benefício definido.

O plano inicialmente é custeado pela contribuição normal, efetuada mensalmente pelos empregados e pela patrocinadora Correios. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes.

A forma de recebimento do benefício de aposentadoria é flexível: o participante pode escolher entre receber renda vitalícia ou renda por prazo determinado (percentuais da reserva de poupança, definidos pelo participante anualmente) e ainda pode optar por receber 25% da sua reserva de poupança à vista.

O plano PostalPrev conta com fundo previdencial destinado a suprir a cobertura dos valores pagos a título dos benefícios de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte, pecúlio e benefício mínimo, quando necessário, caso não tenha sido acumulado saldo na conta do participante para tais finalidades.

O *superavit* apurado no Postalprev (Plano CV) não está sendo reconhecido, pois ainda não há evidências de que esse poderá reduzir efetivamente as contribuições da Empresa ou que será reembolsável no futuro. Todavia, o excesso de despesa reconhecido no exercício, advindo do pagamento das contribuições normais, conforme percentuais estabelecidos no plano de custeio, são reclassificadas para o ORA no patrimônio líquido.

12.3.2.2. Plano de Benefício Definido - PBD

O Plano de Benefício Definido é administrado pelo Postalis e foi instituído na ocasião da criação do instituto, em 1981, com o objetivo de oferecer, aos empregados da Empresa e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O Plano de Benefício Definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008 e assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio-doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

Atualmente o PBD não recebe mais adesões, assim definido como "em extinção". O saldamento do referido plano ocorreu em março de 2008.

NOTA 13 TRIBUTOS

13.1. Tributos a compensar

TRIBUTOS A COMPENSAR		31/03/2022	ATUALIZAÇÃO	31/12/2021
Imunidade tributária – Imposto de Renda	13.1.1	1.022.505	13.544	1.008.961
Deferidos		310.618	4.033	306.585
Aguardando julgamento		711.887	9.511	702.376
Retenção na fonte – Banco Postal	13.1.2	260.630	3.390	257.240
Pedidos de restituição	13.1.3	52.253	656	51.597
TOTAL		1.335.388	17.590	1.317.798

13.1.1. Imunidade tributária – Imposto de Renda

O montante de R\$ 1.022.505 é composto por créditos tributários de pagamentos indevidos de IRPJ, atualizado pela taxa Selic até março de 2022. Estes créditos estão amparados pela imunidade tributária recíproca concedida pelo Pleno do STF, em sede de repercussão geral, com fulcro no art. 150, VI, "a" da Constituição Federal.

Os créditos do IRPJ foram requeridos por meio de 13 pedidos de restituição protocolizados junto à Receita Federal do Brasil. No exercício de 2019, a Receita oportunizou a compensação de ofício para 3 processos julgados, que totalizam o valor atualizado monetariamente de R\$ 310.618. Os demais processos de restituição aguardam o julgamento administrativo.

13.1.2. Retenção na fonte – Banco Postal

O saldo atualizado de R\$ 260.630 corresponde ao valor dos tributos federais retidos na fonte remanescentes da rescisão contratual com o Banco do Brasil S/A, cujo pedido de restituição está aguardando julgamento pelo CARF.

13.1.3. Pedidos de restituição

Os pedidos de restituição de tributos, que totalizam R\$ 52.253, referem-se a processos requeridos e protocolizados junto à RFB, referentes a IR - Imposto de Renda, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e INSS. Estes processos encontram-se pendentes de análise na esfera administrativa, distribuídos entre as Delegacias de Julgamentos (DRJ) e o CARF.

13.2. Tributos correntes

A despesa de CSLL corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, com base nas leis e nos normativos tributários promulgados até a data de encerramento do exercício.

13.2.1. Tributos sobre o lucro

Até março de 2022 a Empresa apresentou cenário de lucro fiscal, gerando uma despesa corrente no total de R\$ 12.515. Já o tributo diferido está representado pela despesa de R\$ 2.894, que diz respeito em sua maior parte à reversão de ativos fiscal diferido em função de utilização de base negativa de CSLL do trimestre, à constituição de ativos e passivos fiscais diferidos detalhados nas **notas 13.3.1 e 13.3.2**.

DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	31/03/2022	31/03/2021
Resultado antes dos juros sobre capital próprio	232.180	321.531
(+/-) Ajustes – Lei nº 12.973/2014	(3.610)	(3.923)
Resultado antes da CSLL	228.570	317.608
Efeitos da CSLL – alíquota vigente (9%)	(20.571)	(28.585)
Efeitos sobre as diferenças permanentes	(1.773)	(223)
Efeitos sobre as diferenças temporárias	4.465	(3.986)
Adições	(195.288)	(186.076)
Exclusões	199.753	182.090
Efeito total sobre o lucro/prejuízo fiscal	(17.879)	(32.794)
Efeito da compensação de base negativa de CSLL	5.364	9.851
CSLL corrente	(12.515)	(22.943)
CSLL diferida	(2.894)	(11.672)
Reversão de passivo fiscal de CSLL Lei nº 12.973/2014	(325)	(558)
Constituição/reversão de ativo fiscal diferido sobre ajustes do RTT	-	(74)
Constituição/reversão de ativo de CSLL sobre base negativa	(5.423)	(9.833)
Constituição do ativo de CSLL sobre movimentação temporária	2.854	(1.207)
TOTAL	(15.409)	(34.615)

13.3. Tributos diferidos

A Empresa, amparada pela imunidade tributária recíproca, reconhece apenas o ativo e o passivo fiscal diferido de CSLL, de acordo com a transação que os originou, podendo o impacto ser no resultado ou no Patrimônio Líquido, em outros resultados abrangentes, conforme regras do CPC 32 – Tributos sobre o lucro.

13.3.1. Tributos diferidos ativos

Em conformidade ao disposto no CPC 32, a empresa apresenta ativos fiscais diferidos reconhecidos no resultado calculados a partir das diferenças temporárias, saldo negativo de CSLL, e de ajustes da Lei nº 12.973/2014 (*impairment* e depreciação) no montante de R\$ 365.248. No patrimônio líquido, foram reconhecidos o ativo fiscal diferido sobre os outros resultados abrangentes e patrimônio líquido (ARE), no montante de R\$ 567.037 e R\$ 203 respectivamente.

TRIBUTOS DIFERIDOS ATIVOS	31/12/2021	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO	31/03/2022
A – Movimentações temporárias – Lei nº 12.973/2014	367.818	2.853	(5.423)	365.248
<i>Impairment</i> - terrenos	(293)	-	-	(293)
<i>Impairment</i> - prédios	4.083	-	-	4.083
Depreciação – custo atribuído	129	-	-	129
Provisões e perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	260.559	2.853	-	263.412
Bases negativas de CSLL	103.340	-	(5.423)	97.917
B – Outros Resultados Abrangentes - ORA	567.038	-	(1)	567.037
Benefício pós-emprego PBD	564.558	-	-	564.558
Perdas – aplicações VJORA	2.480	-	(1)	2.479
C – Movimentação em apuração do resultado do exercício	203	-	-	203
Perdas a valor justo – propriedades para investimento	203	-	-	203
TOTAL	935.059	2.853	(5.424)	932.488

Os Correios, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, estimam que os créditos tributários ativos de CSLL calculados a partir das movimentações temporárias e do saldo negativo de CSLL, serão realizados em até 10 anos, uma vez que a expectativa de geração de tributos sobre lucros para os próximos 10 exercícios, supera o valor atualmente registrado de R\$ 365.248.

13.3.2. Tributos diferidos passivos

O passivo fiscal diferido é composto, substancialmente, da CSLL diferida sobre o custo atribuído constituído sobre os imóveis próprios, sobre as diferenças entre a despesa societária e fiscal de depreciação e amortização do ativo imobilizado, e sobre os ganhos a valor justo das propriedades para investimento. A liquidação da CSLL diferida acontecerá à medida que ocorrer a depreciação, alienação ou baixa destes bens.

Representa também a CSLL diferida sobre os ganhos apurados nos instrumentos financeiros classificados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA).

TRIBUTOS DIFERIDOS PASSIVOS	31/12/2021	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO/ REALIZAÇÃO	31/03/2022
A – Outros Resultados Abrangentes - ORA	376.824	78	(872)	376.030
Ajuste de avaliação patrimonial - custo atribuído	335.379	-	(821)	334.558
Ajuste de ganhos em investimentos - VJORA	10.550	78	-	10.628
Ganho – valor justo – propriedades para investimento	30.895	-	(51)	30.844
B – Diferenças temporárias	47.161	325	-	47.486
Depreciação de bens operacionais	47.161	325	-	47.486
TOTAL	423.985	403	(872)	423.516

13.4. Impostos e encargos sociais a compensar

Correspondem aos valores de tributos, encargos sociais e outros valores recolhidos ou adiantados ao fisco que serão restituídos ou compensados com outros tributos administrados pela mesma autoridade fiscal.

IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A COMPENSAR		31/03/2022	31/12/2021
a) tributos e encargos a restituir	13.4.1	135.167	132.221
IRPJ a restituir		87.824	85.750
CSLL a restituir		46.471	45.604
INSS a restituir/compensar		872	867
b) tributos retidos na fonte	13.4.2	46.034	13.113
IR retido na fonte		17.428	5.284

IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A COMPENSAR	31/03/2022	31/12/2021
IR sobre aplicações financeiras	28.208	4.748
IR retido sobre comissões	2	1
CSLL retida na fonte	396	2.225
COFINS retida na fonte	-	506
PIS retido na fonte	-	349
c) demais tributos e encargos	2.910	7.255
ICMS a recuperar/compensar	427	4.787
Demais impostos/encargos a restituir/compensar	1.017	959
ISS retido por clientes	-	-
Salário família/maternidade	513	615
INSS retido por clientes	953	894
TOTAL	184.111	152.589

13.4.1. Tributos e encargos a restituir

As contas abrigam os saldos dos tributos retidos na fonte por clientes e não utilizados até março de 2022. Esses valores passam a adquirir a característica de saldo negativo de IRPJ e CSLL e serão utilizados nos exercícios seguintes para pagamentos de débitos administrados no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB).

13.4.2. Tributos retidos na fonte

Corresponde aos tributos retidos na fonte sobre os rendimentos de aplicações financeiras e sobre faturamento de serviços postais contra órgãos, autarquias, fundações e demais entidades da Administração Pública Federal.

Embora a empresa seja imune ao IR, os clientes órgãos públicos permanecem efetuando retenções desse imposto vez que estão sujeitos a cumprir legislação específica.

13.5. Impostos e contribuições

Correspondem às obrigações relativas às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, os tributos devidos sobre o lucro, as contribuições sociais (PIS e COFINS) incidentes sobre o faturamento, bem como outras obrigações tributárias.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		31/03/2022	31/12/2021
IR retido de empregados	13.5.1	34.248	119.020
Retenções na fonte – Lei nº 9.340/96		59.249	54.924
COFINS		45.117	48.678
ICMS		12.808	14.607
INSS empresas – retenção na fonte		9.052	14.109
PIS		9.775	10.547
ISSQN – retido de terceiros		7.625	7.206
IR retido de terceiros		2.331	2.373
INSS retenção – contribuinte individual		296	241
TOTAL		180.501	271.705

13.5.1. IR retido de empregados

A variação nesta rubrica deve-se à elevada retenção apurada em dezembro/2021 em virtude da implementação do reajuste salarial de 9,75% definido no Dissídio Coletivo de Greve com efeitos retroativos a agosto/2021 e ao 13º salário.

NOTA 14 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

14.1. Provisões para contingências

Os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza cível, fiscal e trabalhista, para os quais constituíram-se provisões para todas as ações classificadas com risco de perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos judiciais podem ser classificados como:

- a. trabalhista: processos movidos por empregados dos Correios, terceirizados ou de sindicatos, quando são da competência da Justiça do Trabalho, tais como: responsabilidade subsidiária; planos de cargos, carreiras e salários; pagamento de adicional; horas *in itinere*; diferencial de mercado; anistia; assédio moral; assédio sexual; indenização por danos materiais e/ou morais em decorrência de acidente de trabalho; demissão imotivada; incorporação de função; plano de saúde; plano de demissão incentivada; acordo coletivo; PLR; reintegração; dentre outros.
- b. cível: processos oriundos de consumidores de serviços dos Correios, ou de Empresas com as quais os Correios mantêm contratos, quando são da competência da Justiça Federal, tais como: falha na prestação do serviço postal; despacho postal; concurso público; licitações e/ou contratos administrativos; franqueadas e os contratos de franquia; ação civil pública; ação de cobrança; dentre outros.
- c. fiscal: processos originados dos órgãos do poder executivo (federal, municipal ou estadual), geralmente relativos a impostos ou taxas. Como exemplos, ações de execução fiscal tributária; embargos à execução fiscal, dentre outros.

Em 31 de março de 2022, essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza dos processos.

ÂMBITO/NATUREZA	31/12/2021	REVERSÃO	ADIÇÕES	ATUALIZAÇÃO	ALTERAÇÃO NO VALOR DA PROVISÃO ¹	31/03/2022
Judicial – cível	51.224	(6.786)	4.797	1.833	63	51.131
Judicial - fiscal	82.440	(22.235)	515	2.358	-	63.078
Judicial - trabalhista	730.452	(38.826)	92.909	13.304	8.056	805.895
Judicial - total	864.116	(67.847)	98.221	17.495	8.119	920.104
Administrativo – cível	7.595	-	-	303	-	7.898
Administrativo - fiscal	251	-	-	10	-	261
Administrativo - total	7.846	-	-	313	-	8.159
TOTAL	871.962	(67.847)	98.221	17.808	8.119	928.263

¹ refere-se à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas a critério da área jurídica da Empresa.

O acréscimo nas provisões decorre de novas ações judiciais e das revisões de classificação de risco face ao estágio processual.

Em 31 de março 2022, os Correios eram réus em 11.757 processos classificados como risco de perda provável. Os principais processos em que a Empresa está envolvida estão apresentados a seguir:

AUTOR	NATUREZA	PROCESSO/ ANDAMENTO	VALOR ATUALIZADO
SINTECT/GO	Trabalhista	Processo nº 00006818020105180005, em trâmite na 5ª Vara do Trabalho de Goiânia/GO. Ação coletiva. PCCS 1995. SINTECT/GO. Fase: Execução (cumprimento da decisão judicial).	44.796
Município de Salvador - BA	Fiscal	Processo nº 93.0000222-8 (0000224-11.1993.4.01.3300), em trâmite na 20ª Vara Federal de Salvador/BA. Execução Fiscal. Imposto sobre serviços (ISS). Fase: Execução (cumprimento da decisão judicial).	22.562
SINTECT/CE	Trabalhista	Processo nº 0170400-04.1989.5.07.0005, em trâmite na 5ª VF/Fortaleza. Fase: Execução	19.648
Município de Goiânia	Fiscal	Processo nº 2677278.2018.4.01.3500, em trâmite na 12ª Vara Federal de Goiânia/GO. Execução Fiscal. ISS - substituto tributário. Fase: Execução Fiscal.	17.307
SINTECT/AM	Trabalhista	Processo nº 00013-66.2013.5.11.0016, em trâmite na 16ª Vara do Trabalho de Manaus. Equiparação a bancários. Fase: Execução (cumprimento da decisão judicial).	8.382
SINCOTELBA- BA	Trabalhista	Processo nº 0125000-76.2007.5.05.0009, em trâmite na 9ª Vara do Trabalho de Salvador/BA. PCCS/95. Fase: Execução (cumprimento da decisão judicial).	8.366
SINTCOM/PR	Trabalhista	Processo nº 00951200200807001, em trâmite na 17ª Vara do Trabalho. Ação coletiva. Diárias de viagem. Fase: Execução (cumprimento da decisão judicial).	8.195

AUTOR	NATUREZA	PROCESSO/ ANDAMENTO	VALOR ATUALIZADO
INSS	Fiscal	Execução Fiscal 0019432-74.2004.4.01.3500, em trâmite perante a 10 Vara Federal de Goiânia. Contribuições previdenciárias. Fase: aguarda julgamento de apelação nos embargos à execução 0016841-08.2005.4.01.3500	7.714
Banco do Brasil	Cível Administrativa	Processo nº: 418022, em trâmite na Ordem dos Advogados do Brasil/SP - Arbitragem - Restituição de valores. Fase: Decisão desfavorável a ECT	7.691
SINTECT/AM	Trabalhista	Processo nº 1537000619895110004, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho de MANAUS/AM. URP - fevereiro/89. Fase: Execução (cumprimento da decisão judicial).	7.591

14.2. Passivos contingentes

A Empresa possui ações de natureza trabalhista, cível, fiscal e criminal que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração como possível. Até 31 de março de 2022, o passivo contingente classificado com risco de perda possível é representado por 30.218 processos, conforme demonstrado na tabela.

31/03/2022 NATUREZA	ÂMBITO JUDICIAL		ÂMBITO ADMINISTRATIVO		TOTAL	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Trabalhista	21.310	1.102.200	20	94	21.330	1.102.294
Cível	8.072	402.422	10	10.356	8.082	412.778
Fiscal	649	518.642	154	18.838	803	537.480
Criminal	3	44	-	-	3	44
TOTAL	30.034	2.023.308	184	29.288	30.218	2.052.596

14.3. Precatórios e RPVs

São obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária.

PRECATÓRIOS	31/03/2022	31/12/2021
	Circulante	219.721
Não circulante	39.526	18.927
TOTAL	259.247	237.332

14.4. Depósitos judiciais

DEPÓSITOS JUDICIAIS, RECURSAIS E ADMINISTRATIVOS	31/03/2022	31/12/2021
Depósitos recursais administrativos	74.726	75.559
Depósitos judiciais	12.290	12.223
Depósitos recursais	18.024	17.967
Penhora de numerários	17.934	17.250
(-) Créditos a regularizar	(6.586)	(18.146)
TOTAL	116.388	104.853

O valor de R\$ 74.726 representa o total dos depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS, referentes às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD). Os valores de R\$ 12.290 e R\$ 18.024 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais, em que os Correios figuram como réu. O valor de R\$ 17.934 refere-se às penhoras de numerário realizadas pela Justiça, por meio de bloqueios judiciais via BACENJUD. Cabe ressaltar:

- os depósitos judiciais podem ser realizados espontaneamente pela Empresa ou em razão de determinação judicial, e recebem atualização monetária;

- b. os depósitos recursais eram exigidos para interposição de recursos judiciais antes de a Empresa ser equiparada à Fazenda Pública, e são atualizados monetariamente;
- c. os depósitos recursais administrativos são valores equivalentes a 30% do auto de infração, relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD) aplicadas pelo órgão fiscalizador, e recebem atualização monetária. Mediante esse depósito é interposto recurso administrativo;
- d. as penhoras consistem em constrações judiciais dos bens do devedor com a finalidade de garantir o pagamento de uma dívida. Assim, o ato de construção é praticado pelo juízo sem que haja prévia comunicação à Empresa, o que gera o reconhecimento de um direito, tendo em vista que a Empresa foi equiparada à Fazenda Pública.
- e. os créditos a regularizar correspondem aos recebimentos ocorridos em conta bancária, na qual ainda não foi possível identificar a origem correspondente para proceder à baixa dos depósitos ou da penhora.

NOTA 15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Trata-se de empréstimos captados junto às instituições financeiras para fazer frente às necessidades operacionais da empresa.

A seguir é apresentada as movimentações dos empréstimos no período e suas principais características:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	31/12/2021	ADIÇÕES	ENC. FINANC. ¹	AMORT. PRINCIPAL	AMORT. JUROS	DESPESA	31/03/2022
Banco do Brasil	30.565	-	-	(31.250)	(663)	1.349	-
Banco ABC	123.791	-	-	(125.000)	(2.458)	3.667	-
Banco CitiBank	-	500.000	(7.801)	-	-	13.534	505.733
TOTAL	154.356	500.000	(7.801)	(156.250)	(3.121)	18.550	505.733

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	31/03/2022	31/12/2021
Circulante	505.733	154.355
TOTAL	505.733	154.355

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CARACTERÍSTICAS	BANCO CITIBANK
Valor da operação	R\$ 500.000
Data da emissão	21/01/2022
Vencimento final	20/01/2023
Remuneração	1,50% a.a. / 0,12% a.m., acrescida de 100% do CDI
Exigibilidade de juros	Mensal a partir de agosto de 2022
Encargos financeiros totais ¹	R\$ 7.801
Amortizações	6 parcelas mensais a partir de 22/08/2022
Garantia	Títulos públicos aplicados no Fundo de Investimento do BB - Fundo 13B

¹refere-se ao custo incorrido na contratação do empréstimo – registrado em conta de encargos financeiros a transcorrer, composto pelo Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.

NOTA 16 RECEITAS A APROPRIAR

Corresponde aos valores recebidos antecipadamente de clientes que se converterão em receitas no futuro quando da efetiva prestação do serviço pela Empresa.

RECEITAS A APROPRIAR		31/03/2022	31/12/2021
Adiantamento de clientes	16.1	142.042	251.156
Aluguel de caixas postais		23.074	22.157
Faturamento por estimativa	16.2	3.157	7.700
Demais adiantamentos		32	92
TOTAL		168.305	281.105

16.1. Adiantamento de clientes

A variação verificada no período corresponde, principalmente, a realização dos créditos de clientes em face da prestação de serviços.

16.2. Faturamento por estimativa

Refere-se à antecipação que os clientes fazem à Empresa por estimativa de consumo de serviço dentro de um período pré-estabelecido.

NOTA 17 ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS

Referem-se a valores que os Correios recebem em nome de terceiros com liquidação mensal na forma pactuada nos contratos. As obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir:

ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS	31/03/2022	31/12/2021
Recebimento de imposto de importação	29.184	27.645
Recebimento para o Postalis	17.546	10.806
Emissão de vale postal nacional	5.494	6.001
Importação/exportação – vale postal internacional	316	802
Outros recebimentos/arrecadações	354	354
TOTAL	52.894	45.608

NOTA 18 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

18.1. Ativo circulante e não circulante – outros

ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS	31/03/2022	31/12/2021
Ativo Circulante - Outros Créditos	55.308	30.051
Bens sucateados	12.212	13.183
Débitos de empregados	5.274	6.236
Float bancário – faturamento	32.323	4.839
Parcelamento de multa de fornecedores	1.944	2.427
Débitos de terceiros	748	743
Demais créditos	2.807	2.623
Ativo não circulante - Outros	6.741	6.342
Débitos de ex-empregados	1.863	1.824
Parcelamento de multa de fornecedores	2.611	2.060
Acordos jurídicos - REFIS	1.787	1.929
Acordos jurídicos	435	494
Outros débitos de empregados	45	35

18.1.1. Float bancário – faturamento

Corresponde ao recurso recebido de clientes que ainda não foi disponibilizado pelos bancos nas contas dos Correios.

18.2. Passivo circulante e não circulante - outros

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS	31/03/2022	31/12/2021
Passivo circulante - Outros débitos	74.360	71.375
Apuração da venda de ativo fixo	19.617	16.650
Caução de fornecedores	19.600	16.088
Convênio SESI/SENAI	12.706	15.388
EDEI - valores a regularizar e demais credores	15.354	14.061
Retenções judiciais	4.916	4.887
Prestação de contas AGF/ACF	1.187	2.741
Ressarcimento ao SUS	980	1.560
Passivo não circulante - Outros débitos	275	288
Ressarcimento ao SUS	46	46

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS	31/03/2022	31/12/2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros	229	229
Honorários de sucumbência	-	13

18.2.1. EDEI – valores a regularizar e demais credores

Corresponde, principalmente, às diferenças entre os boletos pagos e o valor da declaração de importação de remessa de responsabilidade de importador, relativo ao serviço de importação de Entrega Direta de Encomendas Internacionais.

NOTA 19 INVESTIMENTOS

19.1. Propriedades para investimento

Trata-se de imóveis cedidos ou desocupados, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou em finalidades administrativas, mantidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	31/12/2021	VARIAÇÕES A VJ	BAIXAS POR VENDA	TRANSEFERÊNCIAS	31/03/2022
Terrenos	1.112.182	-	(958)	16	1.111.240
Ganho - terrenos	563.216	122	(203)	-	563.135
Perda - terrenos	(103.574)	-	257	-	(103.318)
Perda - valor justo - terrenos	(348.367)	-	127	-	(348.239)
Prédios	87.137	-	(354)	54	86.837
Ganho - prédios	165.162	-	(368)	-	164.794
Perda - prédios	(3.451)	-	-	-	(3.451)
Perda - valor justo - prédios	(58.596)	-	-	-	(58.596)
TOTAL	1.413.709	122	(1.499)	70	1.412.402

19.2. Museu

Refere-se bens destinados ao museu dos Correios, tais como: obras de arte, selos de colecionadores, aparelhos de código morse, teleimpressor, relógio de ponto cartográfico e veículos antigos todos avaliados pelo custo histórico.

NOTA 20 IMOBILIZADO

Classificam-se no ativo imobilizado os bens tangíveis destinados à manutenção das atividades da empresa.

IMOBILIZADO	31/12/2021	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSEFERÊNCIAS ¹	DEPRECIACÃO	31/03/2022
Terrenos	3.070.282	-	(36)	(16)	-	3.070.230
Impairment – terrenos	(760.792)	-	210	-	-	(760.582)
Prédios	1.351.735	1.461	275	(57)	(11.458)	1.341.956
Impairment - prédios	(63.296)	-	36	-	-	(63.260)
Obras em andamento	62.001	6.419	-	2.828	-	71.248
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	13.497	866	-	-	(2.048)	12.315
Arrendamento - imóveis	1.534.928	76.862	(28.599)	-	(57.059)	1.526.132
Total - imóveis	5.208.355	85.608	(28.114)	2.755	(70.565)	5.198.039
Móveis e utensílios	132.525	2.560	(717)	(45)	(4.919)	129.404
Máquinas e equipamentos	595.286	10.170	(2.834)	(2.913)	(20.459)	579.250
Veículos	588.041	25.879	(7.008)	1.166	(15.840)	592.238
Ferramentas e instrumentos	199	5	(4)	5	(10)	195
Equipamentos de processamento de dados	196.941	34.712	(133)	(68)	(10.006)	221.446
Aquisição de bens móveis e equipamentos em andamento	51.637	-	-	-	-	51.637
Arrendamento - móveis	2.315	695	-	-	(598)	2.412
Total - móveis	1.566.944	74.021	(10.696)	(1.855)	(51.832)	1.576.582
TOTAL	6.775.299	159.629	(38.810)	900	(122.397)	6.774.621

¹ Estão somadas às transferências os valores relativos a bens sucateados.

20.1. Arrendamentos

20.1.1. Ativos e passivos

Corresponde ao reconhecimento do direito de uso das operações de arrendamento no ativo imobilizado descontado a valor presente por uma taxa incremental de empréstimo em contrapartida ao passivo circulante e não circulante face a obrigação assumida no contrato. Além disso, para os contratos nos quais a empresa estiver razoavelmente certa de exercer essa opção de prorrogação ou rescisão, tais fatores passam a ser considerados na mensuração da obrigação.

ARRENDAMENTOS	31/12/2021	ADIÇÕES	EXCLUSÕES	DEPRECIÇÃO	APROP. DE JUROS	PAGAMENTOS	31/03/2022
Bens imóveis - arrendamento ¹	1.548.425	77.728	(28.600)	(59.106)	-	-	1.538.447
Bens móveis - arrendamento ²	2.315	695	-	(598)	-	-	2.412
Ativo	1.550.740	78.423	(28.600)	(59.704)	-	-	1.540.859
Arrendamento	1.680.723	77.557	(28.600)	-	40.925	(87.684)	1.682.921
Passivo	1.680.723	77.557	(28.600)	-	40.925	(87.684)	1.682.921

¹ foram somados aos bens imóveis as benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros apresentadas no quadro do imobilizado.

² referem-se, principalmente, a contratos de aluguel de empilhadeiras e equipamentos.

20.1.2. Arrendamentos - passivo

ARRENDAMENTOS	31/03/2022	31/12/2021
Circulante	329.922	323.440
Não circulante	1.352.999	1.357.283
TOTAL	1.682.921	1.680.723

NOTA 21 INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis são representados por licenças de softwares que são capitalizadas com base nos custos incorridos para aquisição e implementação destes à estrutura organizacional da Empresa, até que estejam prontos para serem utilizados.

INTANGÍVEL	31/12/2021	ADIÇÕES	AMORTIZAÇÃO	31/03/2022
Softwares, licenciamentos e similares	26.607	2.402	(3.043)	25.966
TOTAL	26.607	2.402	(3.043)	25.966

NOTA 22 DIVIDENDOS A PAGAR

No encerramento do exercício 2021, os dividendos a serem pagos a União, na ordem de R\$ 250.705, foram constituídos no limite dos dividendos obrigatórios, conforme disposto no Estatuto Social da Empresa, na proporção de 25% do lucro líquido ajustado. Ressalta-se que, o prazo de pagamento dos dividendos ocorrerá em até 30 dias da publicação da aprovação da proposta de destinação do resultado pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

NOTA 23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1. Capital Social

O capital social dos Correios foi acrescido em R\$ 20.944 em virtude da aprovação ocorrida em 24 de junho de 2021 na 22ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para a integralização do saldo remanescente do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), perfazendo, em 2021, um capital social na ordem de R\$ 3.403.458.

23.2. Reservas de lucro

23.2.1. Reserva legal

Em atendimento a legislação vigente, os Correios destinaram 5% do lucro líquido apurado no encerramento exercício de 2021, ajustado aos efeitos, da absorção dos prejuízos acumulados, da realização do custo atribuído dos imóveis e da adoção inicial de imóveis reclassificados no exercício do imobilizado para às propriedades para investimento avaliadas a valor justo, resultando na constituição da reserva legal na ordem de R\$ 72.147.

23.2.2. Reserva de contingência

Trata-se de reserva constituída no valor de R\$ 367.980 para compensar o provável impacto de evento extraordinário proveniente do repasse a ser efetuado à Operadora do plano de saúde para a constituição do capital regulatório e das provisões técnicas exigidas por lei, considerando a aprovação pela Diretoria executiva dos Correios da proposta de alteração do Estatuto Social da Postal Saúde que visa modificar a condição da empresa de mantenedora para patrocinadora.

Em março de 2022, houve a reversão de R\$ 221.000 dessa reserva, face ao repasse inicial efetuado à Postal Saúde para dar andamento às formalidades junta a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em relação a alteração da condição jurídica dos Correios na Postal Saúde, no qual faz-se necessário a cobertura das garantias financeiras nessa nova modelagem.

23.2.3. Reserva estatutária

A reserva na ordem de R\$ 188.029 refere-se à constituição de 25% do saldo remanescente do lucro líquido após a distribuição dos dividendos obrigatórios com vistas a garantir a manutenção do capital de giro da empresa, estando sua constituição limitada a 25% do capital social da empresa.

23.2.4. Reserva de retenção de lucros

No encerramento do exercício de 2021, após a distribuição dos dividendos obrigatórios e constituição das demais reservas de lucro, com base no orçamento de capital aprovado pela Administração, o saldo remanescente do lucro líquido ajustado, na ordem de R\$ 564.085, foi destinado a constituição desta reserva para fazer frente aos projetos de investimento da empresa e garantir a qualidade na prestação dos serviços.

23.3. Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP

Valor correspondente ao custo atribuído dos bens imóveis, provenientes da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, conforme detalhado a seguir:

AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - AAP	31/12/2021	REALIZAÇÃO	IMPAIRMENT	ADOÇÃO INICIAL DO VJ - PROP. INV.	31/03/2022
Custo atribuído	3.726.430	(9.936)	819	0	3.717.313
CSLL diferida	(335.379)	894	(74)	0	(334.559)
TOTAL	3.391.051	(9.042)	745	0	3.382.754

23.4. Outros Resultados Abrangentes - ORA

Representam os ganhos e perdas atuariais relativos às mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos de novas premissas atuariais, às variações de mercado referentes às participações não relevantes classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), bem como aos ganhos apurados na adoção inicial do método de avaliação a valor justo das propriedades para investimento, todos líquidos dos tributos diferidos.

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - ORA	31/12/2021	MOVIMENTAÇÃO	31/03/2022
A - Ganhos/perdas atuariais e tributos diferidos	(6.131.322)	(429)	(6.131.751)
Ganhos/perdas atuariais	(6.695.880)	(429)	(6.696.309)
Postalís - PBD	(6.272.864)	-	(6.272.864)
PostalPrev	(423.016)	(429)	(423.445)
Tributos diferidos sobre ganhos/perdas atuariais	564.558	-	564.558

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - ORA	31/12/2021	MOVIMENTAÇÃO	31/03/2022
Postalís – PBD	564.558	-	564.558
B - Ganhos/perdas sobre investimentos e tributos diferidos	(21.416)	802	(20.614)
Ganhos/perdas – outras aplicações	(23.533)	881	(22.652)
Tributos diferidos sobre ganhos/perdas em investimentos	2.117	(79)	2.038
C - Ganhos - propriedades para investimento	415.397	(520)	414.877
Ganho - valor justo - propriedades para investimento	456.480	(571)	455.909
Tributos diferidos sobre ganhos	(41.083)	51	(41.032)
TOTAL (A+B+C)	(5.737.341)	(147)	(5.737.488)

NOTA 24 PARTES RELACIONADAS

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis do 1º Trimestre de 2022, apresenta-se no quadro a seguir as sociedades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

ENTIDADE	RELACIONAMENTO	NOTAS
União	Controladora	
Postal Saúde – Caixa de assistência e saúde dos empregados dos Correios	Patrocinada/Mantida	12.1.5
Postalís – Instituto de seguridade social dos Correios e Telégrafos	Patrocinado	12.1.1, 12.1.2 e 17

24.1. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas dos Correios, destacadas nos desdobramentos seguintes, foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas demonstrações contábeis em apreço.

24.2. Transações com a Postal Saúde

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 5 de dezembro de 2013, mensalmente provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância às boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Correios, com aportes mensais dos Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde, conforme demonstrado no quadro da **nota 12.1.5**.

Além, disso, em março/2022, os Correios efetuaram repasse de R\$ 221 milhões à Operadora a título de Contribuição Adicional para cobertura das garantias financeiras exigidas pela legislação fase ao processo de alteração da condição jurídica da Empresa de Mantenedora para Patrocinadora da Postal Saúde, sendo está uma condição da Agência de Saúde Suplementar (ANS) para andamento nas formalidades da propensa alteração.

24.3. Transações com o Postalís

O Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalís) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

As **notas 12.1.1, 12.1.2 e 17** apresentam as transações ocorridas com o Postalís.

O quadro a seguir evidencia os saldos de ativos e passivos relacionados às transações com patrocinadas.

TRANSAÇÕES COM PATROCINADAS	31/03/2022	31/12/2021
Postal Saúde	(144.717)	(132.513)
Empregados liberados	-	166
Concessão de espaço	370	371
Obrigações - convênio CorreiosSaúde	(123.054)	(109.091)
Obrigações - saúde ocupacional	(16.440)	(18.366)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS
Em milhares R\$

Obrigações - benefício de medicamentos	(5.593)	(5.593)
Postalis	(83.835)	(156.566)
Postalis (PostalPrev) – empregado	(17.270)	(42.249)
Postalis (BD) – empregado	(5.156)	(10.146)
Postalis (PostalPrev) - empregador	(16.360)	(41.311)
Postalis (BD) - empregador	(25.153)	(49.704)
Recebimento para o Postalis	(17.546)	(10.806)
Fornecedores ¹	(2.350)	(2.350)
TOTAL	(228.552)	(289.079)

¹ montante correspondente à apropriação do aluguel devido ao Postalis.

O valor repassado ao Postalis e à Postal Saúde no 1º Trimestre de 2022 totalizou R\$ 838.704, conforme tabela abaixo:

REPASSE - PATROCINADAS	31/03/2022
Postal Saúde	516.430
Postalis	322.274
TOTAL	838.704

24.4. Remuneração do pessoal chave da Administração

Remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração dos Correios.

REMUNERAÇÃO ANUAL DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA
1º Trimestre -2022				
Salários e benefícios	992	76	40	81
Encargos sociais	275	11	3	11
Previdência complementar	54	-	-	-
Remuneração total	1.321	87	43	92
Número de membros	7	6	3	3
1º Trimestre -2021				
Salários e benefícios	911	100	40	54
Encargos sociais	250	9	3	5
Previdência complementar	48	-	-	-
Remuneração total	1.209	109	43	59
Número de membros	7	7	3	3

NOTA 25 OUTRAS INFORMAÇÕES

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração dos Correios (em reais).

REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES	31/03/2022	31/03/2021
Menor remuneração	1.639	1.473
Maior remuneração	55.365	52.169
Remuneração média	4.970	4.297
Dirigentes		
Presidente	52.619	52.619
Diretores	45.847	45.847
Conselheiros		
Conselho Fiscal	4.496	4.496
Conselho de Administração	4.496	4.496
Comitê de Auditoria	8.992	8.992

NOTA 26 EVENTOS SUBSEQUENTES

26.1. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, publicou em fevereiro de 2020 o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, assinado pelo Postalís, PREVIC e Correios.

Em dezembro de 2021 foi aprovado pelos órgãos colegiados dos Correios o encaminhamento das propostas de plano de equacionamento e de alteração regulamentar do PBD ao Ministério das Comunicações - MCOM (órgão supervisor) para submissão à análise e aprovação pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST/ME.

Floriano Peixoto Vieira Neto
Presidente

Heglehyschynton Valério Marçal
Diretor Econômico-Financeiro,
Tecnologia e Segurança da
Informação

José Eduardo Leal de Oliveira
Diretor de Governança e Estratégia

Danilo Cezar Aguiar de Souza
Diretor de Administração

Alex do Nascimento
Diretor de Negócios

Carlos Henrique de Luca Ribeiro
Diretor de Operações

Heronides Eufrásio Filho
Diretor de Gestão de Pessoas

Mércia da Silva Pedreira
Contadora
CRC/BA - 024746/O-1 T DF



